

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006**-----

-----Aos treze dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos da Silva.---

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E ORÇAMENTO PARA 2007 - Foram presentes os instrumentos financeiros em título, previamente distribuídos por todos os autarcas e que importam, tanto na receita como na despesa, em dezassete milhões oitocentos e setenta mil euros.---

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos pediu esclarecimentos a algumas dúvidas e referiu que: o SIADAP devia fazer parte do Plano de Actividades; não estão inscritas verbas para formação de pessoal; perguntou se a Câmara se vai candidatar ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública; disse que gostaria de ver nas funções sociais da Educação a previsão de uma creche municipal; que o programa de qualidade da água está desfasado no sector da Saúde; que na Acção Social devia prever acções de igualdade da mulher; que as medicinas alternativas deviam constar no sector da Saúde; disse esperar que o Governo não deixe o planeamento urbano a cargo das autarquias, se não é o fim do nosso país; que deveria ser feito um Plano de

Urbanização para Fazendas de Almeirim; que devia ser prevista em Plano a eliminação de barreiras arquitectónicas; que a sensibilização ambiental devia ser localizado no sector de Educação; ainda não percebeu a utilidade da Agência de Energia; o destino da verba para aquisição de terrenos e edifícios, nomeadamente a eventual compra de terrenos em Paço dos Negros se forem encontrados vestígios arqueológicos dignos de preservação; quais as infraestruturas a construir no Loteamento de Paço dos Negros; a substituição de novos troços da rede de abastecimento de água; a reparação do miradouro; disse que devia ser recuperado o moinho à entrada de Almeirim; que devia existir promoção da gastronomia e vinhos de Almeirim; perguntou a que respeito a prevista despesa com os TUA; a verba para a promoção dos produtos regionais e dinamização do comércio; e lamentou que a Câmara não beneficie de verbas inscritas em PIDDAC, pelo segundo ano consecutivo.-----

-----Os esclarecimentos foram dados pelo Sr. Presidente e pelo Chefe de Repartição Xavier, presente na reunião.-----

-----Não se verificando outras intervenções, foram o Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais e Orçamento para dois mil e sete submetidos a votação, tendo sido aprovados por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e as abstenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: «Abstenho-me, primeiro, porque estes não seriam, por certo, o Plano de Investimentos, Plano de Actividades e Orçamento que a CDU apresentaria, pois consideramos que eles têm uma falta de visão estratégica para o futuro do Concelho e muitos dos investimentos e despesas apresentados estão mal equacionados e não serão cumpridos. No entanto, vou pela abstenção e não pelo voto contra, e esta deve ser entendida como o apoio da CDU a alguns investimentos previstos, que consideramos fundamentais para o Concelho e que sempre apoiamos, entre os quais, a pré-escola de Foros de Benfica e o Centro

Escolar de Almeirim».....

-----O Sr. Presidente declarou: «Voto a favor, embora concorde com a introdução da declaração de voto anterior, de que estes não são os documentos que idealizávamos para dois mil e sete, mas o que escrevi na introdução do PPI que, pese embora as condicionantes a que as autarquias estão sujeitas no próximo ano, nomeadamente a indefinição que ainda existe acerca dos princípios que vão gerir o QREN, as medidas de contenção e o constrangimento ao endividamento dos municípios, ainda assim, conseguimos inscrever nestes documentos algumas obras necessárias ao Concelho e que, quanto a nós, definem mesmo uma visão estratégica para o seu desenvolvimento. Vejamos como inovações a salientar, o que se pretende levar a efeito no sector da informática e nos incentivos à viabilização da actividade económica, que atestam estarmos em presença do passo seguinte do nosso desenvolvimento, que se segue à era das infraestruturas básicas».....

-----PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2007 DA ALDESC, EM -
Foram presentes os instrumentos financeiros em título, respeitantes à ALDESC, Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos e Culturais de Almeirim, EM, previamente distribuídos por todos os autarcas, tendo o Sr. Presidente entregue aos seus pares a cópia do parecer do Revisor Oficial de Contas. O Orçamento de Exploração para dois mil e sete é do montante de oitocentos e noventa e seis mil novecentos e catorze euros e noventa e nove cêntimos.....

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício considerou que este é um bom Plano de Actividades para a empresa municipal e disse desconhecer a intenção do novo Conselho de Administração em continuar a chamar a si a responsabilidade pelo enriquecimento curricular no próximo ano.....

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou como justifica a divergência de valores, relativamente à demonstração de resultados de Agosto e acrescentou que não foi tido em conta o

impacto que vai ter nestas contas, a situação do atraso das actividades de enriquecimento curricular. Perguntou ainda a razão da previsão de uma receita relativa ao Paço Real dos Negros.-----

-----O mesmo Vereador respondeu que a demonstração de resultados do primeiro semestre não reflecte ainda o Contrato-Programa assinado com a autarquia, que só entrou em vigor no segundo semestre e esclareceu que a receita previsional tem base no Contrato-Programa.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que o Pórtico de Paço dos Negros não é objecto de qualquer actividade, só o foi no período de campanha eleitoral, pelo que propôs que fosse remediada a situação; disse ainda que nos dias a festejar pelas crianças seja incluído o Dia do Ambiente, cinco de Junho, pelas razões que expôs.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu que a proposta tem de ser feita às escolas do primeiro ciclo e a acção ser coordenada pela ALDESC. E acrescentou que, para colocar a empresa de acordo com a lei, parece-lhe que este Plano e Orçamento estão perfeitamente harmónicos, já que consigna uma poupança de energia e o desempenho em termos empresariais das actividades de enriquecimento curricular.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que deveria ter sido feito um Protocolo entre a Câmara e a ALDESC no qual previsse a entrega desta actividade e as exigências postas à sua prossecução e perguntou quais os critérios seguidos na contratação dos professores para as actividades de enriquecimento curricular; disse ainda que o Orçamento prevê o recebimento de rendas, que não sabe quem as estabeleceu, porque não vieram a reunião de Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que as rendas foram estabelecidas pela empresa e reportam-se ao arrendamento do bar das Piscinas e do bar da Zona Norte.-----

-----A mesma Vereadora disse que são preços e tarifas que têm de ser aprovados em reunião de Câmara.-----

-----O autarca visado respondeu que os arrendamentos estão integrados na gestão que a empresa tem de fazer dos espaços e, como tal, não têm que vir a reunião de Câmara.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou quem paga à ArtemRede, ao que o Sr. Presidente respondeu que é a Câmara, por força do contrato celebrado.-----

-----A mesma Vereadora disse que nunca foi aprovado em reunião de Câmara o contrato com a ArtemRede e que a actividade da ALDESC em relação ao Cine-Teatro se resume, de concreto à ArtemRede, havendo falta de propostas próprias no âmbito do sector cultural.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro comentou que, no respeitante à actividade cultural, temos tido espectáculos com um enorme grau de qualidade, sem que o público compareça, pelo que o primeiro trabalho será de motivação pela insistência.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva acrescentou que, para o Cine-Teatro, para além da ArtemRede, as outras actividades far-se-ão na medida do possível.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos criticou a metodologia usada no preâmbulo de apresentação, referiu a previsional contratação de uma empresa de higiene e segurança no trabalho e salientou que não há qualquer iniciativa prevista em relação ao complexo do Paço Real dos Negros, comparado com o Orçamento da Câmara, que tem dotação. Verificou que a ALDESC não vai recorrer a créditos, que será concessionado o bar do Cine-Teatro e espera que a exploração do Cine-Teatro não dê resultados negativos. Perguntou se existe regulamento das carreiras do pessoal, o que foi respondido negativamente e concluiu que discorda do modelo de gestão, que nada tem a apontar à ALDESC, EM e não encontrou nada que lhe suscitasse reparo.-----

-----Submetidos a votação o Plano de Actividades e Orçamento para o próximo ano da ALDESC, EM, foram ambos os documentos aprovados por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores

Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e a abstenção do Sr. Presidente.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou: «Voto contra e faço voto de vencido por considerar que este Plano de Actividades e Orçamento não serão cumpridos, tal como, aliás, deixa desde já entender o parecer do Fiscal Único, no ponto sete, nem apresentam medidas para pôr termo à gestão deficitária que se tem arrastado na empresa municipal. Para além disso, no Orçamento apresentado não foi tido em conta os impactos do disfuncionamento das actividades de enriquecimento curricular. Por outro lado, em relação à parceria com a COMPAL, como já o disse em reunião de Câmara anterior, os valores apresentados não são sustentados num estudo económico sério, onde se faça a avaliação dos custos do investimento que a Câmara terá de suportar e da manutenção do mesmo. Daí que não se compreenda como se chega a esta conclusão, em termos de benefícios. Voto ainda contra como forma de protesto pelo facto do Parecer do Fiscal Único não ter sido entregue com as quarenta e oito horas úteis previstas na lei, mas somente agora, com a reunião de Câmara a decorrer. Quanto ao Plano de Actividades apresentado, considero-o, sobretudo na área da Cultura, pouco ambicioso, resumindo-se a actividade prevista no Cine-Teatro, da responsabilidade da ALDESC, ao cinema, sendo que a ArtemRede não é uma actividade da empresa, e lamento ainda a ausência de iniciativas previstas para aproveitar os vestígios do Paço da Ribeira de Muge, em Paço dos Negros. No entanto, não quero deixar de louvar o Conselho de Administração anterior, pela melhoria na apresentação dos documentos, em particular no que diz respeito à transparência de alguns dados e no melhor funcionamento dentro do quadro de exigências legais. Exemplo disso é o facto de aparecer pela primeira vez o número de trabalhadores contratados pela empresa. No entanto, continuamos a aguardar a publicação do Quadro de Pessoal».-----

-----O Sr. Presidente declarou: «Abstenho-me, embora entenda que o Conselho de Administração quando elaborou estes documentos

tinha o que aqui inscreveu como expectativa de realização, em dois mil e sete. No entanto, seria incoerente da minha parte, como actual elemento do presente Conselho de Administração, aprovar agora o Plano e Orçamento quando, porventura, as informações que vierem a ser ditadas pelos documentos de gestão possam impor uma eventual proposta de alteração. A discussão que aqui foi feita à volta do acordo com a ArtemRede merece, da minha parte, a informação de que, pessoalmente, reconheço que a relação custo/benefício deste contrato é altamente desvantajosa para a entidade exploradora do Cine-Teatro e, por isso, comprometo-me a fazer contactos com outras Câmaras que estejam no mesmo pacote de contratos, no sentido de denunciarmos ou renegociarmos a relação com esta empresa».

-----ÁGUAS DO RIBATEJO, EIM - Foi submetida à apreciação a proposta de transferência de bens municipais para subscrição pelo Município de Almeirim da sua participação no capital social da Sociedade Águas do Ribatejo - Abastecimento de Água e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM, a constituir, avaliados em um milhão sessenta e um mil oitocentos e noventa e dois euros e oitenta e seis cêntimos, valor contabilístico.

-----O Sr. Presidente referiu que a CULT não avançaria com a constituição da empresa antes do Tribunal Administrativo se pronunciar sobre uma providência cautelar interposta e, logo que ela foi decidida, a favor da CULT, prosseguiram os preparativos para a constituição da empresa intermunicipal Águas do Ribatejo, onde a CULT entra com capital em espécie. No tocante à participação do Concelho de Almeirim, a entrega em espécie comporta a ETAR Almeirim/Alpiarça, a ETAR de Benfica do Ribatejo e o troço da adutora até à Tapada, devendo o excedente do valor dos bens em relação à quota do Município ser levado a suprimimento.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que gostaria que esta proposta tivesse sido remetida para casa, porque estamos perante uma alteração da proposta de participação do capital social da

empresa, que não é referida nos documentos enviados. A entrada de capital deste Município anteriormente aprovada era de trezentos e cinquenta e três mil setecentos e sessenta euros e o capital da empresa de três milhões duzentos e dezasseis mil euros. Estamos perante uma alteração dos bens entregues, porque na deliberação anterior não entrava a ETAR de Almeirim/Alpiarça, que é intermunicipal.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não é como a Sr^a Vereadora diz, porque a ETAR de Almeirim/Alpiarça foi objecto de um Protocolo entre os dois municípios que estipula a repartição de responsabilidades em setenta por cento para Almeirim e trinta por cento para Alpiarça, o que a ROC respeitou.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, em nome da CDU e na defesa dos interesses públicos, considera que esta avaliação da ROC não é correcta e não corresponde à avaliação mandada fazer pelos SMAS de Santarém. Reiterou que discorda da avaliação da ROC, porque é feita numa base meramente contabilística, mas não sofre reavaliação ao valor actual. E exemplificou com a venda de uma casa de habitação adquirida há anos, acrescentando que a empresa Águas do Ribatejo precisa destes equipamentos para funcionar e se os tivesse de construir, ao valor de hoje, teriam um valor muito maior.-----

-----O Sr. Presidente respondeu à Sr^a Vereadora que o seu raciocínio é do mais puro capitalismo e se é este o valor dos bens constante do nosso Património, não podemos inflacioná-lo por vontade própria.-----

-----O Executivo deliberou: Ao abrigo do disposto na alínea a) do número seis do Artigo sessenta e quatro, conjugado com a alínea 1) do número dois do Artigo cinquenta e três da lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, propõe-se solicitar à Assembleia Municipal autorização de subscrição pelo Município de Almeirim de uma participação no capital social da EIM - Empresa Intermunicipal de Capitais Maioritariamente Públicos, para a Gestão e Exploração dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e

Saneamento dos Municípios da Lezíria do Tejo, no valor de um milhão e sessenta e um mil oitocentos e noventa e dois euros e oitenta e seis cêntimos, a realizar pela integração dos bens ETAR Almeirim/Alpiarça, ETAR de Benfica do Ribatejo e Troço da Adutora até à Tapada.-----

-----Esta deliberação foi aprovada por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Por esta deliberação de fixação de entrada no capital da empresa intermunicipal, fica revogada a anterior deliberação que fixava uma participação menor.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto:-----

-----«Voto contra e faço voto de vencido, pelas seguintes razões: Primeiro, os documentos enviados para casa omitem uma parte do que está em cima da mesa para deliberação, isto é, em nenhum dos documentos enviados se clarifica o facto que estamos perante uma alteração do capital social da empresa a constituir, e incluir uma alteração do Artigo terceiro dos Estatutos e uma alteração, como é óbvio, do próprio valor do capital social da Câmara Municipal de Almeirim no quadro desta empresa, isto é, estamos perante uma alteração de uma deliberação do mandato anterior, que não foi explícita em nenhum dos documentos enviados. Segundo, voto contra por considerar que a situação de um dos equipamentos dada para capital social da Câmara Municipal de Almeirim, a ETAR Almeirim/Alpiarça, não está suficientemente esclarecida, visto este equipamento ser comum aos Concelhos de Almeirim e Alpiarça, bem que em percentagens diferentes. Terceiro, voto ainda contra por considerar que a avaliação do equipamento feito pela ROC só tem em conta o valor inicial dos equipamentos e amortização e não tem em conta a reavaliação dos mesmos, atendendo aos custos de construção praticados hoje em dia. Quarto, voto, obviamente, contra, por estar contra a constituição desta empresa e por considerar que ela não vem beneficiar o Concelho de Almeirim, a sua população, nem os interesses ambientais que estão em causa na área em que ela vai

prestar serviço».

-----O Sr. Presidente declarou:-----

-----«Voto a favor porque o que se pede na documentação junta à Ordem de Trabalhos e enviada pela CULT, não é uma alteração ao capital social de uma empresa, que ainda não existe, mas sim aprovar o montante a subscrever pelo Município de Almeirim na constituição da empresa Águas do Ribatejo e identificado por uma relação de bens avaliada com base nos valores patrimoniais destes equipamentos no Património Municipal e tomando como critério estabelecido no Relatório da ROC as normas legais de respeito obrigatório, designadamente o Artigo vinte e oito do Código das Sociedades Comerciais. A credibilidade dos critérios está espelhada no ponto cinco do Relatório, onde a ROC invoca o respeito pelas normas superiormente aprovadas, em declaração de assunção da responsabilidade e isso basta-me para considerar a sua acção séria e respeitadora das normas legais a que está sujeita».

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----«Voto a favor, em todo o caso não deixo de referir que, em termos de rigor jurídico, a deliberação de Câmara deveria mencionar o Artigo do Projecto de Pacto Social a alterar, bem como a deliberação de Câmara que agora se revoga».

-----SUBSÍDIO - Foi presente a carta do União Futebol Clube de Almeirim, solicitando um subsídio de mil e cinquenta euros, com destino à aquisição de equipamentos para a equipa de futebol júnior.

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o subsídio no montante indicado, tendo o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarado que vota favoravelmente e considera que o dinheiro deverá ser gasto pela associação nos equipamentos desportivos para os jovens e que, no futuro, em vez da atribuição de um subsídio pecuniário, é preferível que seja a própria Câmara a adquirir o equipamento e entregá-lo directamente à associação.--

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que vota

favoravelmente para a atribuição deste subsídio, visto que o fim a que se destina se encontra expresso na proposta que lhe foi entregue para esta reunião.-----

-----CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE € 211 504,00 - Foram presentes as propostas das entidades bancárias com destino à contratação de um empréstimo a médio/longo prazo de duzentos e onze mil quinhentos e quatro euros, nos termos do concurso aberto por deliberação de trinta de Outubro passado.-----

-----Todos os concorrentes propõem, para o prazo de vinte anos, uma taxa variável associada à Euribor a seis meses, acrescida do spread que a seguir se identifica e isenção de comissões e encargos, como a seguir se identifica:-----

-----Millennium, bcp - zero, vírgula, mil por cento; Banco BPI, SA - zero, vírgula, mil duzentos e cinquenta por cento; Caixa Geral de Depósitos, SA - zero, vírgula, mil trezentos e quarenta por cento; e Banco Espírito Santo, SA - zero, vírgula, mil e quatrocentos por cento.-----

-----Não respondeu o Banco Santander Totta, SA.-----

-----O Sr. Presidente propôs a adjudicação à proposta mais favorável, de Millennium, bcp.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a Câmara Municipal de Almeirim não pode aprovar o empréstimo enquanto não for apresentada a homologação do projecto a que se destina. O processo andou para não se perder tempo, mas não está em condições de ser aprovado.-----

-----Submetida a votação, foi a proposta de contratação do empréstimo com o banco Millennium, bcp aprovada por cinco votos a favor e dois votos contra, dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Sr^a. Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto: «Voto contra e faço voto de vencido porque a autarquia, ao deliberar hoje fazer este empréstimo, está a incorrer em ilegalidade, porque só o pode fazer após homologação do projecto para o qual o empréstimo é requerido, ao abrigo da Lei do

Orçamento de Estado para dois mil e sete. Considerando que essa homologação nunca foi apresentada em reunião de Câmara, o que parece indiciar que ela ainda não se realizou, isso impede a Autarquia de deliberar sobre a aquisição do dito empréstimo».

-----O Sr. Presidente declarou: «Voto a favor porque a nossa leitura não é coincidente com a que acaba de ser feita pela Vereadora Manuela Cunha, na medida em que consideramos que o empréstimo bancário só estará concretizado a partir do momento em que for declarado eficaz o contrato celebrado com a entidade bancária ganhadora e, nesse momento, deverá estar na posse da Câmara a homologação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional».

-----INICIAÇÃO À APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA - Foi analisada a situação do concurso de aquisição de serviços em título e o facto de as aulas ainda não terem começado a ser ministradas, por incidentes processuais e pela recusa dos encarregados de educação quanto aos horários determinados.

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre disse ter recebido indicações da DREL no sentido de, após o início das aulas, efectuar uma exposição explicando a situação atrás descrita e solicitando coordenadas com vista ao procedimento a adoptar acerca dos professores contratados.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a Câmara tem de arranjar forma de resolver a situação.

-----O Sr. Presidente disse que o pedido da Futurschool tem de ser assumido, já que foi a Câmara que se candidatou às actividades extracurriculares.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse não perceber porque não foi feita a adjudicação e só agora o assunto veio a reunião de Câmara.

-----O Sr. Presidente historiou que em dezasseis de Outubro foi deliberada a adjudicação, no dia dezoito foram expedidos os ofícios, a vinte e cinco foi recebida uma reclamação, a oito de Novembro o Júri elabora relatório, a dez é enviado para o

jurista, a vinte e quatro é recebido do jurista sem parecer e a quatro de Dezembro o assunto foi presente a reunião, após o que, na mesma data, deu Despacho de adjudicação a Futurschool, cuja ratificação ora solicita.-----

-----O executivo deliberou ratificar o Despacho do Sr. Presidente de quatro de Dezembro, que não está presente e que a Srª Vereadora solicitou lhe fosse entregue uma cópia.-----

-----TOLERÂNCIA DE PONTO - Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara deliberou conceder tolerância de ponto ao pessoal na tarde do próximo dia quinze, por ocasião da Festa de Natal.-----

-----Às dezoito horas e quarenta minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição